



PwC / Jornal de Negócios

A indústria necessita da política económica

Há 50 anos, Portugal tornou-se um país industrial, o último da Europa Ocidental. Hoje, os desígnios são tornar-se numa nação exportadora, com 50% de peso no PIB em 2020.

FILIPE S. FERNANDES

Em 1963, a produção industrial portuguesa ultrapassou a produção agrícola, o que fez de Portugal a última nação industrial da Europa Ocidental. Esta nova vaga industrial tinha as componentes tradicionais do têxtil e do calçado mas baseava-se, sobretudo, no impulso da metalomecânica, aço (Siderurgia Nacional), construção naval (Lisnave).

Hoje, quando se fala de industrialização – e é um “mantra” que assola Portugal e a Europa – está a falar-se de quê? Pedro Lains, historiador económico, relembra, como curiosidade histórica, que “Portugal industrializou-se tarde, e tão tarde que o sector industrial nunca foi o principal sector da economia portuguesa. Primeiro, foi a agricultura e, logo a seguir, de uma forma marginal, os serviços”. Acentua que a divisão entre sectores primário, secundário e terciário começa a ser um conceito pouco rigoroso”.

No mesmo sentido se pronunciou Augusto Mateus, economista e ex-ministro da Economia, dizendo ao “Público” que “a indústria é um conceito vago, as fronteiras pratica-

mente acabaram. Em todo o lado há uma mistura de bens e serviços. O próprio documento de estratégia de re-industrialização do Governo entende o conceito de indústria em sentido lato: “integra toda a cadeia de valor de produção industrial – do acesso às matérias-primas ao serviço pós-venda – incluindo portanto actividades económicas dos sectores primário, secundário e terciário”.

Um problema europeu

Em Portugal, este debate, é a projecção de um espectro que percorre a Europa e que é da re-industrialização. A indústria representa, hoje, cerca de 16% do PIB europeu, abaixo dos 24% em Portugal. O objectivo europeu é que em 2020 esse valor se cifre em 20%.

O vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para Indústria, Antonio Tajani, é um dos arautos desta redescoberta e todos os membros da União Europeia devem lançar um plano industrial para que a Europa volte a ser uma fábrica. Mas os números revelam, em termos relativos, um Portugal mais industrial do que a Europa. Em 1995, a indústria tinha um peso de 29% no

INDÚSTRIA NÃO ATRAI TALENTO

Um velho industrial português Henrique Sommer, que esteve na origem da Cimpor, dizia: “não gosto de engenheiros de secretária”. Américo Amorim é mais radical: “se vires um quadro técnico com uma caneta na mão, corta-lhe a mão”. Estes empresários referem que, mesmo nas profissões que se poderiam realizar nas fábricas, há uma certa aversão à indústria. É o que num recente relatório da PwC, “Principais desafios da indústria em Portugal”, se define como uma percepção social da indústria pouco positiva. Explica que “esta percepção deve-se à imagem das condições de segurança e trabalho e ao impacto ambiental associado. Por outro, há uma tendência para se considerar a indústria como um elemento do passado, em vez de um ingrediente-chave para o desenvolvimento futuro”. O facto de a indústria não ter uma boa reputação implica que seja mais difícil atrair talento.

PIB (77.281 milhões de euros) e 30% do emprego. Em 2011, representava 24% do PIB (149.266 milhões de euros) e 24% da população empregada (2010) e mais 800 mil empregos nas indústrias extractiva e transformadora (2011).

Se Augusto Mateus defende que se fale em re-desenvolvimento, Pedro Lains defende que “a ideia agora da re-industrialização nem faz muito sentido. O que faz sentido é perguntar se o Estado deve intervir para que determinadas actividades não fechem numa crise”.

Crescimento e produção

Pedro Lains defende o regresso da política económica. Na base do plano do Governo (“Estratégia para o crescimento, emprego e fomento industrial, 2013-2020”) está a revitalização do tecido produtivo como meio de chegar ao crescimento económico e de dinamizar as exportações, de modo a que estas passem dos 34% a 38% do PIB que tem caracterizado os últimos 20 anos para 50% em 2020. Entre 2000 e 2009, Portugal registou um crescimento médio do Produto Interno Bruto de 0,9% contra 3,4% entre 1990 e 1999 (graças sobretudo aos serviços) e de 2,9% entre 1973 e 1990.

Para uma redefinição do perfil produtivo de Portugal, há desafios fundamentais. O país tem de ser mais produtivo, mais qualificado, ter custos de energia mais acessíveis, dotar-se e privilegiar uma logística mais vocacionada para as exportações, custos de contexto mais reduzidos em que haja menos burocracia e as entidades oficiais ajam mais coordenadas e ajudando no cumprimento das regras.

Depois, há ainda questões estruturais do tecido empresarial português e que passam pela sua capitalização, pela criação de dimensão, mais capacidade de inovar e se articular com os sistemas de inovação e aumentar a capacidade de gestão. Como disse uma vez Alberto de Castro, professor na Universidade Católica do Porto: “precisamos de mais dez mil empresas como as melhores que já temos”.

PORTUGAL RECUA MAIS DO QUE A EUROPA

Valor acrescentado industrial (variação entre 2000 e 2008, em %)

	EU-27	Portugal	Grécia	Alemanha	Espanha	França
Agricultura, pesca e silvicultura	-0,6	-1,2	-3,6	-0,6	-1,7	-0,7
Indústria	-2,3	-3	-1,3	-2,3	-3,8	-4,2
Produção de bens	-2,7	-3,4	-1,8	-2,7	-4	-3,9
Construção	0,9	-0,9	-1,2	0,9	3,3	1,6
Comércio, transporte e alojamentos	-0,3	-0,1	2,3	-0,3	-0,5	0,2
Comunicação	-0,1	0,2	-0,1	-0,1	-0,4	0,1
Finanças e seguros	0,4	2,1	-1,2	0,4	0,8	-0,9
Actividades imobiliárias	0,7	0,5	0,8	0,7	0,6	2
Serviços profissionais e científicos	0,5	0,8	1,5	0,5	1,1	1,2
Administração pública e educação	0,5	1,2	1,7	0,5	0,7	0,5
Artes e entretenimento	0	0,5	1	0	-0,3	0,1

Fonte: Comissão Europeia, Instituto Bruegel, El País

O valor acrescentado na indústria e na produção de bens registou, em Portugal, variações negativas superiores às que caracterizaram a evolução conjunta da União Europeia. A tendência para a terciarização foi geral de 2000 a 2008.

O PERFIL DA INDÚSTRIA

O documento do Governo que define a estratégia de reindustrialização estrutura a indústria em torno de grupos homogéneos, que partilham características de negócio



A PORTUGUESA

semelhantes, utilizando a metodologia da McKinsey em “Manufacturing the future: The next era of global growth and innovation” (McKinsey Quarterly). Foram definidos cinco grupos industriais

distintos, caracterizados pelas suas semelhanças em termos de factores-chave para a competitividade: estrutura de custos, nível de inovação e pendor para o comércio internacional.

Grupo/Indústrias

Contribuição para o VAB da indústria (%) em 2010

Inovação para mercados locais

(químicos, veículos motorizados e peças, equipamento de transporte, equipamento eléctrico, equipamento e ferramentas)

21%

Processamento regional

(borrachas e plásticos, produtos de metal trabalhados, alimentos, bebidas e tabaco, impressão e publicação)

38%

“Commodities” e produtos intensivos em energia

(produtos de madeira, refinados de petróleo e equivalentes, pasta e papel, produtos minerais, metais básicos)

22%

Tecnologia e inovação global

(computadores e equipamento de alta tecnologia, semicondutores e electrónica, equipamento médico, de precisão e óptica)

2%

Transaccionáveis, fabrico manual

(têxteis, vestuário e calçado, mobiliário, joalheria e brinquedos)

17%

PEDRO LAINS PROFESSOR NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O Estado deve agir

Pedro Lains, 54 anos, é autor de uma das obras mais vastas e relevantes na historiografia económica portuguesa recente. Defende que o Estado não precisa de crescer para intervir. Basta ter política económica e deixar de não fazer nada para resolver os problemas.

Com formação económica, os domínios de eleição de Pedro Lains são a História Económica dos séculos XIX e XX. Investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicou recentemente o terceiro e último volume da “História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-2010”, e “História Económica de Portugal”, com Leonor Freire Costa e Susana Münch Miranda.

O debate da industrialização atravessou todo o século XX. Está de regresso com o novo projecto de re-industrialização?

Fazendo comparações com o resto da Europa, e é esta que interessa porque foi a primeira região industrial no Mundo, Portugal industrializou-se tarde, e tão tarde que o sector industrial nunca foi o principal sector da economia portuguesa. Primeiro, foi a agricultura e depois, logo a seguir, os serviços, mas de uma forma marginal pelo que é mais uma curiosidade. O pico da industrialização chegou anos 70/80. Desde então, o peso da indústria na economia tem decrescido, mas mais lentamente do que no resto da Europa, que, hoje em dia, é uma economia de serviços. No PIB europeu, em média, 80% são serviços, 3 a 4% agricultura e 16% indústria. É este o padrão e já estamos a entrar numa fase em que é insuficiente a divisão agricultura-indústria-serviços.

Há dias, uma pessoa que, num banco, está na concessão de créditos a PME, dizia-me que os bons projectos agrícolas hoje em dia são os que começam a análise do projecto na comercialização. O que é que o consumo precisa, o que é que o comércio necessita, que tipo de produtos é que é mais fácil colocar e, a partir daí, partir para a terra e cultivar essas produções. A ideia, agora, da re-industrialização nem faz muito sentido. O que faz sentido é perguntar se o Estado deve intervir para que determinadas actividades não fechem numa crise.

Durante muito tempo, o papel do Estado na industrialização não era dis-



Pedro Lains sublinha que a indústria nunca foi o principal sector da economia portuguesa.

“O papel do Estado na defesa de alguns sectores ou de algumas unidades industriais foi reduzido a nível demasiadamente pequeno.”

cutido, mas agora é. Isto complica mais a solução do problema?

Agora, o papel do Estado na defesa de alguns sectores ou de algumas unidades industriais foi reduzido a nível demasiadamente pequeno. Há países que vivem bem com isso, como a Grã-Bretanha. Se a indústria automóvel não sobrevive, desaparece. Têm outras indústrias. Mas a Grã-Bretanha é um país especial, também tem problemas porque o sistema financeiro cresceu demais. A Alemanha nunca perdeu a sua base industrial. O governo da Baviera intervém se houver problemas na VW-Audi ou na BMW. A intervenção do presidente Obama no sector automóvel nos Estados Unidos salvou a indústria automóvel e o governo americano acabou por não perder dinheiro. Há sectores que atingiram uma dimensão tal que só o Estado tem

capacidade financeira para intervir, os bancos já não têm.

As exportações têm-se baseado nos produtos de média tecnologia que, no fundo, são os têxteis e o calçado que são de facto a matriz do nosso processo de industrialização e que se mantêm muito activos.

Mas isso faz sentido porque não há sectores mais modernos que outros ou empresas mais modernas que outras. O que há, em determinadas actividades, é uma maneira mais moderna de fazer as coisas, no sentido que tem mais produtividade e competitividade externa que outras. Pode haver a concentração e modernização do sector têxtil e isso representar a progressão na cadeia de valor. Uma das actividades mais bem-sucedidas na Suécia é a Ikea. Se se for à genealogia, isso vem das florestas, madeira, pasta para papel, máquinas de fazer papel e mobiliário e agora já são os serviços relacionados com a venda de mobiliário.

Por que é que este projecto de re-industrialização do Governo não faz sentido, no seu entender?

Neste momento, a única forma que temos para analisar estes problemas é através de comparações internacionais e, em Portugal, a indústria não tem um peso demasiadamente baixo. O que faz sentido é ver quais são as unidades industriais e os sectores que estão com dificuldades, têm potencial de crescimento e que merecem ser apoiados.

Há aquela ideia que o Estado não deve escolher porque isso interfere com o funcionamento do mercado. Todavia, também é preciso ter em atenção que hoje em dia os Estados, como as empresas, têm mecanismos de avaliação de projectos que há alguns anos não tinham. O Estado pode usar esses mecanismos de uma forma directa ou até indirecta. Neste caso financiando os bancos e estes fazem esse trabalho de financiamento e avaliação. Não é uma repartição pública que necessariamente tem de fazer esse trabalho. E para isto não é preciso um Estado maior.